



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

ATA Nº. 21/2018

-----ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DESTA CÂMARA MUNICIPAL REALIZADA EM DEZASSETTE DE OUTUBRO DO ANO DE DOIS MIL E DEZOITO:-----

-----Aos dezassete dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezoito, pelas dezasseis horas, nesta Vila de Mortágua e no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, reuniu o Executivo deste Órgão, conforme o disposto no artigo 40º. da Lei número 75/2013, de doze de setembro, em reunião ordinária sob a presidência do Engº. José Júlio Henriques Norte, Presidente da Câmara Municipal de Mortágua, eleito pelo PPD/PSD, e com a presença dos Senhores Vereadores:-----

-----Eleitos pelo PPD/PSD: Dr. Paulo Alexandre de Oliveira e Dr. Eusébio Lourenço Ferreira.--

-----Eleitos pelo PS: Dr. Ricardo Sérgio Pardal Marques e Senhor Nelson António Rodrigues Filipe.-----

-----A reunião foi secretariada pela Coordenadora Técnica do Núcleo de Administração Geral, Rosa Maria Ferreira Breda.-----

-----Depois de declarada pelo Senhor Presidente aberta a reunião, foram tomadas as seguintes deliberações:-----

I – PERIODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:-----

-----O Senhor Presidente informou que:-----

-----O Ministro do Planeamento e das Infraestruturas, Pedro Marques, inaugurou, no passado dia 10, a obra de ampliação do Parque Industrial Manuel Lourenço Ferreira, respeitante à 1ª e 2ª fases. Na cerimónia marcaram ainda presença o Secretário de Estado do Desenvolvimento e Coesão, Nelson de Souza, a Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, Ana Abrunhosa, Autarcas, representantes de Instituições Locais, Empresários e mortaguenses que quiseram associar-se ao ato.-----

-----O Ministro da Saúde, Adalberto Campos visitou, no passado dia 12, o Centro de Saúde de Mortágua, no âmbito do Projeto de Requalificação das Instalações.-----

-----O Centro de Animação Cultural foi palco, no passado dia 12, do espetáculo “Nariz Preto”,-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

tendo como criador e protagonista único o conhecido ator e comediante Pedro Tochas. O espetáculo teve direito a casa cheia, com os cerca de duzentos e quarenta (240) lugares da sala lotados, e uma assistência muito heterogénea em termos de idades, vendo-se muitas famílias completas.-----

-----Este espetáculo insere-se no programa “Coimbra Região de Cultura”, uma rede de programação patrimonial e cultural dinamizada pela CIM Região de Coimbra, estando previstas mais de cento e cinquenta (150) iniciativas nos dezanove (19) municípios desta região.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

-----Os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista entregaram as suas propostas para os documentos previsionais (GOP e Orçamento) de 2019, que se dão aqui por integralmente reproduzidas, e que para todos os efeitos legais ficam apenas à presente ata.-----

II- PERÍODO DA ORDEM DO DIA:-----

1.- APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 03/10/2018:-

-----Tendo sido previamente distribuído por todos os membros de executivo o texto da ata da reunião ordinária realizada a 3 do corrente mês, aprovada por unanimidade em minuta e dispensada a sua leitura, a Câmara deliberou por unanimidade aprová-la.-----

2.- INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE:-----

-----O Senhor Presidente, nos termos do artigo 34º. da Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro, deu também conhecimento das decisões tomadas no uso das competências que lhe foram delegadas e das subdelegadas nos Vereadores, geradoras de receitas e custos.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

3.- RESUMO DIÁRIO DA TESOURARIA:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente para conhecimento o Resumo Diário da Tesouraria número 196, referente ao dia 16/10/2018, que depois de rubricado se dá aqui por integralmente reproduzido, ficando arquivado na tesouraria em pasta própria.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

4.-EXPEDIENTE:-----

-----Não existe qualquer ponto passível de inserção neste ponto.-----

5.-EDUCAÇÃO E JUVENTUDE:-----

5.1.-SERVIÇOS DE APOIO À FAMÍLIA E AÇÃO SOCIAL ESCOLAR:-----

5.1.1.-Protocolo Apoio Creche (IPSS):-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente a seguinte proposta:-----

-----“A Santa Casa da Misericórdia de Mortágua é uma Instituição Particular de Solidariedade Social, que tem como objetivos o apoio a crianças e jovens, o apoio à família, o apoio à integração social e comunitária, a proteção dos cidadãos na velhice e invalidez e em todas as situações de falta ou diminuição de meios de subsistência ou de capacidades para o trabalho;---

-----A intervenção da Santa Casa da Misericórdia de Mortágua no nosso Concelho, é de extrema importância para o desenvolvimento social local, uma vez que integra várias valências. Uma das valências da Instituição, sem fins lucrativos, é constituída pela resposta social Creche, e apoia atualmente sessenta e duas (62) crianças diariamente; -----

-----Conforme contrato de cessão de exploração, celebrado em 4/05/2011, entre o Município de Mortágua e a Santa Casa da Misericórdia de Mortágua a creche funciona no edifício municipal, sito no loteamento Municipal urbano da Área da Cerâmica de Mortágua, na Gândara União de Freguesias de Mortágua, Vale de Remígio, Cortegaça e Almaça;-----

-----De acordo com o número 11 do referido contrato de Cessão, dado o cariz social de gestão da Creche o Município a título de incentivo suporta as despesas de água e eletricidade.-----

-----No entanto a crise económica e financeira tem afetado a gestão financeira da creche, vivenciando dificuldades económicas quotidianas.-----

-----A Santa Casa da Misericórdia de Mortágua tem custos mensais muito elevados em relação à resposta social de creche, as comparticipações da Segurança Social apoiam só uma parte dos utentes e as mensalidades das famílias são todas aferidas nos termos das suas possibilidades financeiras, valores que não conseguem acompanhar os aumentos da inflação, desde da alimentação, os produtos de limpeza, entre outros, e por outro lado, os salários dos doze (12)



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

funcionários adstritos àquele serviço e que são essenciais, pois, de outro modo, não se conseguiria abrir a instituição ao público e os contributos para a Segurança Social foram aumentando nos termos da lei de tal forma que, neste momento, as IPSS pagam em descontos praticamente os mesmos que uma empresa com fins lucrativos.-----

-----Verifica-se, assim, que a Santa Casa da Misericórdia de Mortágua acumulou um deficit em 2016 e 2017, respetivamente de quarenta e três mil quinhentos e cinquenta e dois euros e cinquenta e quatro cêntimos (43.552,54 €) e setenta e nove mil e oitenta e nove euros e cinquenta e nove cêntimos (79.089,59 €), atendendo que a frequência média foi de cinquenta (50) crianças, a Segurança Social firmou apenas quinze (15) acordos de cooperação para comparticipação dos custos no valor de duzentos e sessenta e quatro euros e sessenta e um cêntimos (264,61 €) por utente/ mês, e o custo real de cada criança foi de trezentos e vinte e três euros e vinte cêntimos (323,20 €), considerando as mensalidades das famílias e as respetivas despesas inerentes ao funcionamento, apesar do Município ter participado com custos diretos, e por ano no montante de vinte mil oitocentos e setenta e sete euros e quarenta e um cêntimos (20.877,41 €), - referente ao consumo de água e de eletricidade.-----

-----Assim considerando que:-----

-----A “Creche” foi efetivamente construída e criada por forma a dar resposta social prevista no Diagnóstico Social do Concelho de Mortágua, com capacidade e acordo com a Segurança Social para oitenta e uma (81) crianças;-----

-----São imprescindíveis os lugares criados para acolher as crianças de idade até aos três (3) anos, cujos pais desempenham atividades profissionais, necessitando por isso de conciliar a vida profissional com a vida pessoal;-----

-----A Santa Casa da Misericórdia de Mortágua a par dos serviços que passou a prestar à comunidade, criou novos postos de trabalho;-----

-----A Santa Casa da Misericórdia de Mortágua tem vindo ao longo dos anos a prestar o que se considera um serviço público ao manter aberta a creche nas condições atuais que são sem duvida uma mais valia para as famílias e a população geral do concelho.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----Nos termos da alínea h) do nº.2 do artigo 23º. da Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro, os Municípios dispõem de atribuições no domínio da ação social;-----

-----Por força do disposto na alínea o) do nº. 1 do artigo 33º. da Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro, compete à Câmara Municipal “deliberar sobre as formas de apoio a entidades e organismos legalmente existentes, nomeadamente com vista à execução de obras ou à realização de eventos de interesse para o município, bem como à informação e defesa dos direitos dos cidadãos”.-----

-----De acordo com o estabelecido na alínea u) do artigo 33º. da referida legislação, compete à Câmara Municipal “apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município.”.-----

-----A Santa Casa da Misericórdia de Mortágua tem mantido em funcionamento a creche em prejuízo próprio, apenas com o intuito de prestar às famílias o auxílio de que precisam e desta forma colocando em causa a manutenção de toda a instituição, sendo que qualquer que seja a solução sem o apoio do Município, serão as famílias as mais sacrificadas.-----

-----Os rendimentos das famílias e a quebra dos subsídios das entidades competentes, entendemos que o Município tem uma palavra a dizer no sentido de ajudar a ultrapassar esta situação, considerando tratar-se a creche de um verdadeiro serviço público.-----

-----Desta forma, propõe-se a atribuição do valor de setenta mil euros (70.000,00 €), tendo em conta: -----

-----1.-O interesse municipal quanto à melhoria das condições de vida dos cidadãos residentes no concelho de Mortágua, designadamente, naquilo que se refere à conciliação entre a vida profissional e a vida pessoal, à inserção social das crianças nas comunidades locais de origem, e à criação de emprego local;-----

-----2.-. Que estão reunidos os requisitos para atribuição de apoio financeiro à Santa Casa da Misericórdia de Mortágua de acordo com o Regulamento de Apoio a Entidades Terceiras.-----

-----O apoio está em conformidade com as Opções do Plano para 2018, no Projeto 2018/5012 – Protocolo Apoio Creche (IPSS) e no orçamento municipal nas rubricas 040701 “Instituições



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

sem Fins Lucrativos".-----

---A Câmara Municipal, depois de analisar o assunto, e tendo claramente a consciência da situação, ao abrigo das disposições conjugadas na alínea h) do n.º 2 do artigo 23.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, alíneas o) e u) do n.º 1 do artigo 33.º do mesmo diploma legal, deliberou por unanimidade atribuir o apoio financeiro no valor setenta mil euros (70.000,00 €) à Santa Casa da Misericórdia de Mortágua para minimizar os custos inerentes ao funcionamento da resposta social Creche nos anos de 2016/2017, a transferir mediante a celebração de Protocolo previsto no Regulamento de Apoio a Entidades Terceiras.-----

----Nos termos do n.º 4 do artigo 31.º do Código do Procedimento Administrativo, os Senhores Vereadores Dr. Eusébio Ferreira Lourenço e Sr. Nelson António Rodrigues Filipe, ausentaram-se da reunião durante a discussão e votação do presente ponto, considerando o impedimento de poder intervir uma vez que fazem parte dos Órgãos Sociais da Instituição.-----

5.2.-JUVENTUDE:-----

5.2.1. -Apoio Natalidade e Famílias - Ratificação do processo n.º 28/2018:-----

----Pelo Senhor Presidente foi presente para conhecimento e ratificação, o processo de candidatura n.º 28/2018 para atribuição do Incentivo à Natalidade e Apoio às Famílias no Concelho de Mortágua que entrou nos serviços e que deferiu nos termos do n.º 1 do artigo 6.º do Regulamento de Incentivo à Natalidade e Apoio às Famílias no Concelho de Mortágua.-----

----A Câmara por unanimidade ratificou a decisão tomada pelo Senhor Presidente.-----

5.2.2.-Bolsas de Estudo 2018/2019 – Abertura de processo:-----

----Estando inscrito nas Opções do Plano do corrente ano a atribuição de Bolsas de Estudo, pelo Senhor Presidente foi presente a seguinte proposta:-----

----“As diferenças económicas e sociais não devem ser fator impeditivo do acesso à educação e formação.-----

----Por isso, e tendo em consideração este princípio, a autarquia pode ter um papel importante no apoio àqueles que, revelando capacidade para prosseguimento nos estudos, se vejam impossibilitados por razões económicas se introduzir fatores de discriminação positiva.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----Considerando o Regulamento de Atribuição de Bolsas de Estudo aprovado em 1995 e a experiência colhida ao longo dos mais de vinte (20) anos de vigência da sua aplicação.-----

-----Proponho, nos termos do número 3 do Capítulo I do Regulamento, que:-----

-----Para o ano letivo de 2018/2019 seja fixado o montante global máximo de trinta mil euros (30.000,00 €) para atribuição de bolsas de estudos.-----

-----O valor dos escalões de cada bolsa sejam por mês de: sessenta euros (60,00€); oitenta euros (80,00€); cem euros (100,00 €); cento e vinte euros (120,00 €); cento e quarenta euros (140,00€); cento e sessenta euros (160,00 €); cento e oitenta euros (180,00 €); duzentos euros (200,00 €); duzentos e cinquenta euros (250,00€); trezentos euros (300,00 €).-----

-----O período de apresentação de candidaturas dos jovens seja de 1 a 30 novembro do corrente ano”.-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou, por unanimidade aprovar a proposta.--

-----Mais foi deliberado por unanimidade atribuir as Bolsas de Estudo faseadamente à medida que os processos estejam devidamente instruído.-----

6.-CULTURA DESPORTO E TEMPOS LIVRES:-----

6.1.-INVESTIMENTO/ATIVIDADES DAS ASSOCIAÇÕES CULTURAIS, DESPORTIVAS E RECREATIVAS:-----

6.1.1.-Filarmónica de Mortágua – Apoio atividade regular:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente a seguinte proposta:-----

----- “Tendo sido presente a esta Câmara Municipal, pedido, datado de 29/08/2018, e recebido a 2/10/2018, remetido pela Filarmónica de Mortágua, para apoio financeiro ao desenvolvimento regular da sua atividade cultural, entende-se que, à semelhança dos anos anteriores, estes devem ser alvo de estudo por parte do Executivo Municipal.-----

-----Na verdade, esta entidade, têm pautado a sua atuação por uma orientação cívica, visando a prossecução de fins de natureza cultural, recreativa ou outros socialmente relevantes, contribuindo, assim, para a promoção do bem-estar e da qualidade de vida da população.-----

-----Esta associação desempenha relevantes funções sociais, com impactos diretos para a



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

economia do Concelho e para a população local, potenciando a afluência de visitantes, divulgação da cultura, preservação das tradições, entre outros.-----

-----Esta associação tem um papel insubstituível na dinâmica e desenvolvimentos local.-----

-----Assim, considerando que estão reunidas as condições para atribuição do presente subsídio, nos termos do disposto do artigo 9.º Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Entidades Terceiras, mediante celebração de protocolo, proponho a atribuição de um subsídio de oito mil euros (8.000,00 €) para apoio às suas atividades regulares durante o corrente ano.”

-----Por informação da contabilidade existem fundo disponíveis para a assunção da despesa que tem cabimento no orçamento municipal na rubrica 040701 – *Instituições sem fins lucrativos*, e está inscrito nas Opções do Plano do corrente ano no objetivo 02 Cultura Desporto e Tempos Livres, no projeto 2018/5040 – *Atividades Culturais Desportivas e Recreativas*.-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto deliberou, por unanimidade aprovar a proposta do Senhor Presidente.-----

6.1.2.-Associação de Desenvolvimento Social e Cultural Desportiva de Quilho – Apoio XI Feira da Castanha e do Mel:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente a seguinte proposta:-----

-----“Tendo sido presente a esta Câmara Municipal o pedido, datado de 2/10/2018, da Associação de Desenvolvimento Social, Cultural e Desportiva de Quilho para apoio financeiro à realização da XI Feira da Castanha e Mel a realizar nos dias 27 e 28 de outubro entende-se que este deve ser alvo de estudo por parte do Executivo Municipal.-----

-----A referida Associação solicita que por forma a minimizar os custos inerentes à realização da Feira a atribuição de um subsídio de dois mil euros (2.000,00 €).-----

-----Na verdade, esta entidade, têm pautado a sua atuação por uma orientação cívica, visando a prossecução de fins de natureza cultural, desportiva, recreativa ou outros socialmente relevantes, contribuindo, assim, para a promoção do bem-estar e da qualidade de vida da população.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----Esta associação desempenha relevantes funções sociais, com impactos diretos para a economia do Concelho e para a população local, potenciando a afluência de visitantes, divulgação da cultura, preservação das tradições, a prática desportiva, entre outros.-----

-----Esta associação tem um papel insubstituível na dinâmica e desenvolvimentos local.-----

-----Assim, considerando que estão reunidas as condições para atribuição do presente subsídio, nos termos do disposto do art.º 9.º Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Entidades Terceiras, proponho a atribuição de um subsídio no montante de dois mil euros (2.000,00 €).-----

-----Por informação da contabilidade existem fundo disponíveis para a assunção da despesa que tem cabimento no orçamento municipal na rubrica 040701 – *Instituições sem fins lucrativos*, e está inscrito nas Opções do Plano do corrente ano no objetivo 02 Cultura Desporto e Tempos Livres, no projeto 2018/5040 – *Atividades Culturais Desportivas e Recreativas*.-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto deliberou, por unanimidade aprovar a proposta do Senhor Presidente.-----

6.2.2.-Grupo Associativo Recreativo Académico de Vila Moinhos – VII Passeio de Andarilhos:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente a carta, datada de 07/10/2018, do Grupo Associativo Recreativo Académico de Vila Moinhos dando conhecimento respetivamente que vai organizar no dia 14 de outubro corrente o seu VII Passeio de Andarilhos, e as comemorações do aniversário e atendendo aos custos inerentes à realização daquelas ações, solicita a atribuição de um subsídio para fazer face às despesas inerentes às mesmas.-----

-----Por informação da contabilidade existem fundos disponíveis para assunção da despesa que se encontra inscrita nas Opções do Plano no Objetivo 02, Programa 003, Projeto 2018/5040 “Atividades Culturais, Desportivas e Recreativas” no orçamento municipal na rubrica 04.07.01.

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade atribuir o subsídio no montante de cento e cinquenta euros (150,00 €) para as comemorações do aniversário e cento de cinquenta euros (150,00 €) para o Passeio dos Andarilhos.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

6.1.3.-Associação Cultural e Recreativa de Cercosa – Apoio obras no edifício sede:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente a seguinte proposta:-----

-----“Tendo sido presente a esta Câmara Municipal, pedido, datado de 13/06/2018, remetido pela Associação Cultural e Recreativa de Cercosa para apoio financeiro para a realização de obras de beneficiação e melhoramentos no seu edifício sede e recinto envolvente, nomeadamente execução de uma infraestrutura de drenagem/escoamento de águas na zona Poente do recinto exterior pavimentado, intervenção nas instalações sanitária (substituição de autoclismos e sanitas), bem como nas portas de madeira das mesmas danificadas pelo uso, e de acordo com os orçamentos que anexam ascendem ao montante de seis mil cento e noventa e sete euros e cinquenta e nove cêntimos (6.197,59 €), entende-se que, à semelhança dos anos anteriores, este deve ser alvo de estudo por parte do Executivo Municipal.-----

-----Considerando que esta associação tem pautado a sua atuação por uma orientação cívica, visando a prossecução de fins de natureza cultural, desportiva, recreativa ou outros socialmente relevantes, contribuindo, assim, para a promoção do bem-estar e da qualidade de vida da população.-----

-----Considerando que o pedido da Associação se enquadra no n.º2, do artigo 3.º do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Entidades Terceiras.-----

-----Assim, proponho a atribuição de um subsídio no montante de cinco mil euros (5.000,00€) para apoio à realização de obras de beneficiação e melhoramentos no seu edifício sede, mediante a celebração de Protocolo conforme dispõe o n.º 1 do artigo 4.º do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Entidades Terceiras”.-----

-----Por informação da contabilidade existem fundos disponíveis para assunção da despesa que se encontra inscrita nas Opções do Plano no Objetivo 02, Programa 003, Projeto 2018/5041 “Investimentos das Associações Culturais, Desportivas e Recreativas” no orçamento municipal na rubrica 080701 – *Instituições sem fins lucrativos*, (despesas capital).-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade aprovar a do Senhor Presidente.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

6.1.4.-Associação Cultural e Recreativa de Vale de Mouro – Apoio obras Parque

Temático:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente a seguinte proposta:-----

----- “Tendo sido presente a esta Câmara Municipal, pedido de apoio financeiro, sem data e recebido a 21/08/2018, da Associação Cultural e Recreativa de Vale de Mouro para apoio à continuação as obras no seu Parque Temático, nomeadamente conclusão do restauro das duas casas, vedação e arranjo do muro de pedra e continuação da calçada junto à Capela, entende-se que, à semelhança dos anos anteriores, este deve ser alvo de estudo por parte do Executivo Municipal.-----

-----Considerando que esta associação tem pautado a sua atuação por uma orientação cívica, visando a prossecução de fins de natureza cultural, desportiva, recreativa ou outros socialmente relevantes, contribuindo, assim, para a promoção do bem-estar e da qualidade de vida da população.-----

-----Considerando que o pedido da Associação se enquadra no nº.2, do artigo 3º. do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Entidades Terceiras.-----

-----Assim, proponho a atribuição de um subsídio no montante de oito mil euros (8.000,00 €) para apoio à realização de obras no Parque Temático, mediante a celebração de Protocolo conforme dispõe o nº. 1 do art.º 4.º do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Entidades Terceiras”.-----

-----Por informação da contabilidade existem fundos disponíveis para assunção da despesa que se encontra inscrita nas Opções do Plano no Objetivo 02, Programa 003, Projeto 2018/5041 “Investimentos das Associações Culturais, Desportivas e Recreativas” no orçamento municipal na rubrica 080701 – *Instituições sem fins lucrativos*, (despesas capital).-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade aprovar a proposta do Senhor Presidente.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

7.-HABITAÇÃO E URBANIZAÇÃO:-----

7.1.-URBANIZAÇÃO:-----

7.1.1.-Revisão de Preços Provisória da Empreitada de Reposição e Beneficiação de Pavimentos em Arruamentos de Diversas Povoações:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente a informação dos serviços administrativos referente à Revisão Definitiva de Preços da Empreitada de Reposição e Beneficiação de Pavimentos em Arruamentos de Diversas Povoações, adjudicada à empresa Socitop Unipessoal, Ldª. com o seguinte teor:-----

-----“Empreitada e beneficiação de pavimentos em arruamentos de diversas povoações.-----

-----Empreiteiro: Socitop Unipessoal, Ldª.-----

-----Processo: 14/2017.-----

-----Assunto: Revisão de Preços.-----

----- Objeto:-----

-----A presente empreitada foi adjudicada em deliberação da Reunião de Câmara de 03/01/2018, pelo valor de 185.775,30 €, acrescido de IVA a 6%. O auto de consignação foi assinado em 02/03/2018, tendo a adjudicatária da empreitada se comprometido a executar os trabalhos em 60 dias, contados da data da consignação, tal como refere o contrato da empreitada assinado em 06/02/2018.-----

----- Enquadramento legal:-----

-----Para efeitos de aplicação das fórmulas de revisão de preços a que se refere o artº. 6º. do Decreto – Lei 6/2004 foram atualizados os valores dos índices de custos de mão-de-obra, de materiais e equipamento de apoio, publicados no Aviso nº. 12034/2018 do Instituto dos Mercados Públicos, do Imobiliário e da Construção, IP da 2ª. série de 23/08/2018. No caso concreto, e de acordo com a 20ª. cláusula do caderno de encargos a revisão de preços obedece à fórmula identificada como F10- estradas. Os diferenciais de preços para mais ou menos, que resultem da revisão de preços da empreitada são incluídos nas situações de trabalhos.-----

-----A Revisão de Preços calculada pela aplicação do Sistema de Controlo de Empreitadas,-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

discrimina os coeficientes por material e mão-de-obra à data em concreto.-----

-----Neste caso a revisão de preços dos trabalhos é de 2.581,16 €, totalizando o valor a pagar pelo Município ao empreiteiro o montante de 2.736,03 €, já com IVA a 6% incluindo, tal como demonstra o documento em anexo.-----

-----Proposta:-----

-----Submeter o presente cálculo de revisão de preços provisório à Reunião de Câmara para aprovação e posteriormente notificar o empreiteiro adjudicatário para emitir a respetiva nota de débito/fatura.”-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade aprovar a revisão de preços no valor de dois mil setecentos e trinta e seis euros e três cêntimos (2.736,03 €), já com IVA a 6% incluindo, e notificar o empreiteiro.-----

8.-DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO:-----

8.1.-DESENVOLVIMENTO DO TURISMO – Turismo, Desporto e Natureza:-----

8.1.1.- IX Fim de Semana da Lampantana:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente as Normas de Procedimento da Organização e Realização do Fim de Semana da Lampantana a realizar nos dias 1 a 4 de novembro, e no qual podem participar todos os estabelecimentos de restauração do Concelho que normalmente incluem Lampantana na ementa.-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade aprovar as Normas de Procedimento da Organização e Realização do Fim de Semana da Lampantana.-----

8.2.-EXPANSÃO DA ZONA INDUSTRIAL:-----

8.2.1.-Retificação ao Alvará da Alteração ao loteamento da 2ª. Fase do Plano de Pormenor para Ampliação do Parque Industrial Manuel Lourenço Ferreira:-----

-----Considerando que a Câmara deliberou aprovar por unanimidade na sua reunião nº.18/2018, realizada em 5/09/2018 no ponto “9.1.1.-Alteração ao loteamento da 2ª. Fase do Plano de Pormenor para Ampliação do Parque Industrial Manuel Lourenço Ferreira”.-----

-----Considerando que se verifica um erro material na expressão da vontade, uma vez que, por



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

lapso de escrita no teor da MEMÓRIA DESCRITIVA E JUSTIFICATIVA e transcrita na íntegra na respetiva deliberação, porquanto no artigo 5º. Proposta - onde se lê *“Pretende-se assim a junção do presente terreno, designado por lote 12, ao alvará de loteamento da 2ª. Fase”*” deve ler-se *“Pretende-se assim a junção do presente terreno, designado por lote 10, ao alvará de loteamento da 2ª. Fase”*.-----

-----Considerando que de acordo com os nºs.1 e 2 do artigo 174º. do Código do Procedimento Administrativo os erros de cálculo e os erros materiais na expressão da vontade do órgão administrativo, quando manifestos, podem ser retificados, a todo o tempo, pelos órgãos competentes para a revogação do ato, devendo tal retificação ser feita sob a forma e com a publicidade usada para a prática do ato retificado.-----

-----Assim, o Senhor Presidente propôs que, nos termos do nºs.1 e 2 do artigo 174º. do Código do Procedimento Administrativo, a Câmara aprovasse a respetiva retificação do lapso de escrita no teor da MEMÓRIA DESCRITIVA E JUSTIFICATIVA e transcrita na íntegra na deliberação do ponto **“9.1.1.-Alteração ao loteamento da 2ª. Fase do Plano de Pormenor para Ampliação do Parque Industrial Manuel Lourenço Ferreira”** da Câmara nº. 18/2018, realizada em 5/09/2018.-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade aprovar a retificação proposta, bem como a da alteração ao alvará loteamento da 2ª. Fase do Plano de Pormenor para Ampliação do Parque Industrial Manuel Lourenço Ferreira.-----

8.3.-ASSOCIAÇÕES DE DESENVOLVIMENTO LOCAL E REGIONAL:-----

8.3.1.-Associação Nacional de Municípios Portugueses – Quota de 2019:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente a circular referência 76/2018/AR, de 17/09/2018, da Associação Nacional de Municípios Portugueses informando que de acordo com os nºs. 1 e 2 do artigo 31º. dos Estatutos da ANMP o valor da quota do ano de 2018 será no montante de quatro mil trezentos e cinquenta e nove euros e vinte e quatro cêntimos (4.359,24 €).-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

8.4.-COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DA REGIÃO DE COIMBRA:-----

8.4.1.-Projetos Intermunicipais – Programa de Apoio Valorizar – Linha de Apoio à: Valorização Turística do Interior:-----

-----O Senhor Presidente informou que:-----

-----Considerando: -----

-----Que a Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra apresenta uma experiência acumulada associada à temática das Invasões Francesas; -----

----Que a Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra é líder de um consórcio ibérico e, neste contexto, se encontra a executar uma candidatura específica sobre a temática das Invasões Francesas; -----

-----Que as Invasões Francesas que marcaram o início do séc. XIX implicaram de forma direta e indireta diversas localidades a nível nacional; -----

-----Que as Invasões Francesas, pelas condições e circunstâncias em que ocorreram, marcaram significativamente o país do ponto de vista político, sociocultural e também económico, sendo que estas marcas se perpetuaram no tempo; -----

-----Que estes acontecimentos (Invasões Francesas) são ainda e recorrentemente assinalados e recreados em diversas latitudes do território nacional, de modo a assinalar e perpetuar estes acontecimentos; -----

-----Que a Estratégia Turismo 2027 definiu o Turismo Militar como produto emergente e ao qual se reconhece particular potencial de desenvolvimento. Assim, o período histórico associado às Invasões Francesas, tal como os Templários em Portugal, os Descobrimentos, e a I Guerra Mundial, foi assinalado como uma das âncoras estruturais do produto Turismo Militar, que tem no Ministério da Defesa Nacional, dada a sua natureza, a entidade seminal desta nova oferta turística. -----

-----Que, para o efeito, o Ministério da Defesa Nacional e o Turismo de Portugal encetaram um processo de auscultação intensivo e de envolvimento permanente com diversos municípios, que de forma direta e/ou indireta têm procurado preservar as memórias destes acontecimentos, -----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

através de recriações históricas, e de manifestações de diversa índole, da criação de espaços de informação e interpretação sobre esta temática, entre outras iniciativas. -----

-----Que a rede temática das Invasões Francesas integrará a Rede Nacional de Turismo Militar, a qual desenvolverá uma plataforma agregadora à escala nacional contemplando todos os eixos temáticos, com mecanismos de monitorização, a cargo do futuro centro de competências para o Turismo Militar. -----

-----Que o Turismo de Portugal, no âmbito do Programa Valorizar, sinalizou o Turismo Militar como produto emergente e, por conseguinte, objeto de sinalização de prioridade de investimento ao abrigo deste programa; -----

-----Que diversos municípios se envolveram de forma responsável e comprometida na dinamização de uma rede nacional dedicada exclusivamente à promoção turística da temática das Invasões Francesas; -----

-----Que a Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra se encontra numa posição privilegiada para liderar o projeto de constituição da Rede Territorial Associada às Invasões Francesas, envolvendo um conjunto de territórios piloto, pelo que foi a mesma objeto de candidatura Rede Temática das Invasões Francesas em Portugal” ao Programa Valorizar. -----

-----Assim, pelo Senhor Presidente foi presente o Protocolo de Cooperação no âmbito do Programa Valorizar a celebrar com a Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra a Rota Histórica das Linhas de Torres – Associação para o Desenvolvimento Turístico e Patrimonial das Linhas de Torres e os Municípios de Almeida, Mortágua, Mealhada, Penacova, Lourinhã, Bombarral e Elvas, que visa assegurar a operacionalização e a boa execução da candidatura apresentada.-----

-----De acordo com a cláusula 4º. do Protocolo o custo da componente não financiada pelo Programa Valorizar será suportada exclusivamente pelos municípios.-----

-----Tendo informado a CIM que:-----

-----O investimento total candidatado é de quatrocentos e trinta mil euros (430.000,00€).-----

-----A percentagem do financiamento é de 70%, mas tem o limite máximo de trezentos mil



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

euros (300.000,00 €).-----

-----Desta forma calcula-se que, logo à partida, e se for tudo considerado como elegível, o montante não participado seja de cento e trinta mil euros (130.000,00€).-----

-----Assim, o montante para cada município será de dez mil euros (10.000,00€).-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade aprovar o Protocolo de Cooperação no âmbito do Programa Valorizar a celebrar com a Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra a Rota Histórica das Linhas de Torres – Associação para o Desenvolvimento Turístico e Patrimonial das Linhas de Torres e os Municípios de Almeida, Mortágua, Mealhada, Penacova, Lourinhã, Bombarral e Elvas, que visa assegurar a operacionalização e a boa execução da candidatura apresentada ao Programa Valorizar.-----

9.-ADMINISTRAÇÃO:-----

9.1.-MODIFICAÇÃO POR ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO MUNICIPAL PARA O ANO DE 2018:-----

-----Considerando a necessidade de reforçar e reajustar diversas rubricas do orçamento Municipal do corrente ano, pelo Senhor Presidente foi presente nos termos do Decreto - Lei número 54-A/99, de vinte e dois de fevereiro, conjugado com a alínea d) do número 1 do artigo 33º. da Lei nº. 75/2013, de 12 setembro, a proposta de modificação por alteração ao orçamento que apresentava os seguintes valores:-----

-----Reforço despesas de capital – trezentos e doze mil euros (312.000,00 €).-----

-----Anulação despesas de capital – trezentos e noventa e sete mil euros (397.000,00 €);-----

-----Reforço despesas correntes – oitenta e seis mil e quinhentos euros (86.500,00 €);-----

-----Anulação despesas correntes – mil e quinhentos euros (1.500,00 €).-----

-----Depois de apreciada a alteração às Opções do Plano, a Câmara deliberou, por unanimidade aprová-la ficando a mesma arquivada em pasta própria nos serviços de contabilidade.-----

9.2.-MODIFICAÇÃO POR ALTERAÇÃO ÀS OPÇÕES DO PLANO DE 2018:-----

-----Considerando a necessidade de dotar diversos projetos das Opções do Plano do corrente ano de verbas necessárias à satisfação de compromissos assumidos decorrentes da evolução



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

normal dos empreendimentos em curso, pelo Senhor Presidente foi presente nos termos do ponto 8.3.2.3 do Decreto – Lei número 54-A/99, conjugado com a alínea d) do número do 1 do artigo 33º. da Lei número 75/2013, de 12 de setembro, a proposta de alteração às Opções do Plano do corrente ano que apresentava os seguintes valores:-----

-----Modificação do Financiamento definido – trinta mil e quinhentos euros (30.500,00 €).-----

-----Modificação do Financiamento não definido – cento e onze mil euros (111.000,00 €).-----

-----Depois de apreciada a alteração às Opções do Plano, a Câmara deliberou por unanimidade aprová-la ficando a mesma arquivada em pasta própria nos serviços de contabilidade.-----

9.3.-ALMOÇO CONVÍVIO DE NATAL DOS TRABALHADORES DO MUNICÍPIO:---

-----O Senhor Presidente propôs que, à semelhança do que vem acontecendo nos anos transatos, se realizasse um almoço convívio de Natal, no dia de 22 de dezembro próximo, para todo o pessoal desta Autarquia e seus familiares (cônjuges e filhos a cargo) e que o convite fosse extensivo aos Executivos das Juntas de Freguesia.-----

-----Mais propôs que fossem atribuídas prendas aos filhos até 12 anos de idade e que também fosse adquirida uma garrafa de vinho da região para ofertar a cada família.-----

-----A Câmara deliberou aprovar por unanimidade a proposta do Senhor Presidente.-----

-----O Senhor Presidente no uso das competências próprias desencadeará os respetivos processos de fornecimentos e de prestação de serviço necessários, de acordo com a alínea a), do número 1, do artigo 20º. do Código dos Contratos Públicos.-----

9.4.-ESCALA DE TURNOS DE SERVIÇO DO CONCELHO DE MORTÁGUA:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o correio eletrónico datado de 3/10/2018 da Administração Regional de Saúde do Centro, IP, a remeter para análise e parecer, conforme no Decreto – Lei nº. 53/2007, de 8 de março, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº. 7/2011, de 10 de janeiro e pelo Decreto-Lei nº.172/2012, de 1 de agosto, e no artigo 3º., nº.1 da Portaria 277/2012, de 12 de setembro, para aprovação, a proposta das escalas de turnos das farmácias do Município de Mortágua, Distrito de Viseu, a entrar em vigor a partir de 1 de janeiro de 2019.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade emitir parecer favorável à escala de turnos das Farmácias deste Concelho.-----

10.-LOTEAMENTOS E OBRAS PARTICULARES:-----

10.1.-REGIME DE EXERCICIO DA ATIVIDADE PECUÁRIA – Designação de representante na vistoria às condições de implantação exploração, em Vale do Franco, Trezoi:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o ofício referência Processo nº. 01525/01/2011, de 18/09/2018, da Direção Regional de Agricultura e Pescas do Centro, através do informa que de acordo com o estabelecido no nº. 1 do artigo 41º. do DL nº.81/2013, de 14 de junho, diploma que aprova o novo regime de exercício da atividade pecuária (NREAP), as atividades pecuária das classes 1 e 2 estão sujeitas a reexame global das respetivas condições de implantação exploração, após terem decorrido sete (7) anos contados a partir da data da emissão da licença ou do título de exploração, ou da última atualização dos mesmos.-----

-----Assim, encontrando-se em atividade pecuária na situação acima descrita a exploração cujo titular é Gil Gomes Pais, localizada em Vale de Franco, Trezoi, Freguesia de Trezoi, Concelho de Mortágua, e que irá proceder ao referido reexame, em vistoria a efetuar no dia 07/12/2018, solicita a indicação do representante da Câmara para estar presente naquela vistoria.-----

-----A Camara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade indicar a Veterinária Municipal para estar presente na vistoria.-----

10.2.-LOTEAMENTO URBANO DOS LOBOS – Minuta de Protocolo de Urbanização:-

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o processo nº. 02/2017/3, relativo à operação de loteamento denominado “Loteamento Urbanos dos Lobos” que Abraltino Barbosa de Moraes Lobo e Outros, residente na Rua Albano Moraes Lobo, nº.3, Mortágua, pretende levar a efeito no prédio rústico, situado entre a Rua Dr. João Lopes de Moraes e a Avenida Dr. José Assis e Santos, em Mortágua, União de Freguesias de Mortágua, Vale de Remígio Cortegaça e Almaça, inscrito na matriz predial sob o artigo 3964 da dita União das Freguesias de Mortágua, Vale de Remígio, Cortegaça e Almaça e descrito na Conservatória do Registo Predial de



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

Mortágua sob o n.º 1422, acompanhado, em cumprimento da deliberação aprovada na Reunião de Câmara de 05/09/2018 de Minuta de Protocolo de Urbanização que a seguir se transcreve na íntegra:-----

-----“MINUTA DE PROTOCOLO DE URBANIZAÇÃO.-----

-----Entre o -----

-----1º. Outorgante: Câmara Municipal de Mortágua, com sede na Rua Dr. João Lopes de Moraes, em Mortágua, representada neste ato pelo Presidente da Câmara Municipal, Engº. José Júlio Henriques Norte, casado, residente em Av. Infante D. Henrique, Vale de Açores, em Mortágua;-----

-----E os,-----

-----2º. Outorgante: Abraltino Barbosa de Moraes Lobo, melhor identificado a fls. 3 do processo de loteamento nº. 02/2017/3;-----

-----3º. Outorgante: Margarida Rosa Bráz de Moraes Lobo, melhor identificado a fls. 3 do processo de loteamento nº. 02/2017/3;-----

-----4º. Outorgante: Ana Paula Bráz de Moraes Lobo, melhor identificado a fls. 3 do processo de loteamento nº. 02/2017/3;-----

5º. Outorgante: Fernando André Bráz de Moraes Lobo, melhor identificado a fls. 3 do processo de loteamento nº. 02/2017/3;-----

-----6º. Outorgante: André Martins Lobo, melhor identificado a fls. 3 do processo de loteamento nº. 02/2017/3;-----

-----7º. Outorgante: Daniel Martins Lobo, melhor identificado a fls. 4 do processo de loteamento nº. 02/2017/3;-----

-----8º. Outorgante: Luís Miguel Mendes Lobo, melhor identificado a fls. 4 do processo de loteamento nº. 02/2017/3;-----

-----9º. Outorgante: Helena Sofia Mendes Lobo, melhor identificado a fls. 4 do processo de loteamento nº. 02/2017/3;-----

-----Foi celebrado o presente protocolo, subordinados às cláusulas seguintes:-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----Os 2º, 3º, 4º, 5º, 6º, 7º, 8º, e 9º, outorgantes requereram o licenciamento de uma operação de loteamento urbano, a que foi atribuído o nº.2/2017/3, designado por “Loteamento Urbano dos Lobos”.-----

-----1.-Com o loteamento em causa pretendem os requerentes a constituição de vários lotes destinados à edificação urbana, em resultado da divisão do prédio rústico, situado entre a Rua Dr. João Lopes de Moraes e a Avenida Dr. José Assis e Santos, na União de Freguesias de Mortágua, Vale de Remígio, Cortegaça e Almaça, inscrito na matriz sob o artigo 3946, e descrito na Conservatória do Registo Predial sob o número 1422, de que são proprietários, nos termos que constam do referido processo de loteamento e que situa no Centro de Mortágua, fazendo parte integrante do Centro Histórico da Vila.-----

-----2.-O Centro Histórico da Vila de Mortágua tem sido, ao longo dos anos, objeto de sucessivos melhoramentos e intervenções por parte da autarquia, contribuindo, desta forma para a recuperação e requalificação da zona mais antiga de Mortágua, onde o loteamento se enquadra.-----

-----3.-A autarquia tem, ao longo dos anos, contribuindo, positivamente, para a recuperação e valorização do Centro Histórico da Vila de Mortágua, tendo sido já efetuadas obras de requalificação da via pública, passeios, parque de estacionamento, jardim, existentes naquela zona da localidade;-----

-----4.-O processo de loteamento urbano acima identificado, prevê a reorganização do estacionamento na Rua Dr. José Assis e Santos e consequentemente uma nova moldura dos passeios na frente norte do loteamento, com um novo desenho e dimensão, que se localiza, na quase totalidade, em espaço público;-----

-----5.-Nos termos do disposto no artigo 33º. nº. 1 alínea qq) da Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro, compete à Câmara Municipal a administração do domínio público municipal e nessa medida cabe-lhe proceder à realização das obras, dos melhoramentos e da utilização dos arruamentos e do estacionamento públicos.-----

-----6.-Tais trabalhos de alteração do passeio e do parque de estacionamento existente,



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

constituem intervenção em espaço público envolvente do loteamento, e constam de demolição de muros, remoção de portões e passeios existentes, situados do lado norte do prédio, e reposição do passeio e estacionamento público, de acordo com o projeto apresentado para o local, conforme consta dos mapas de orçamento, que ficam a fazer parte integrante do protocolo depois de rubricado pelas partes.-----

-----7.-Em reunião ordinária de 05/09/2018, a Câmara Municipal de Mortágua concluiu que disponha de meios próprios, humanos, técnicos e de equipamento para proceder à execução das intervenções necessárias à alteração dos estacionamentos previstos no loteamento.-----

-----8.-As referidas obras de reorganização do estacionamento na Rua Dr. Assis e Santos serão realizadas em espaço público contíguo ao loteamento, e o Município de Mortágua está na posse de meios técnicos e humanos para proceder à execução daqueles trabalhos, pelo que foi deliberado naquela Reunião elaborar um contrato ou protocolo de urbanização que defina os termos em que tais trabalhos serão efetuados.-----

-----9.-O 1º. Outorgante aceita executar as obras descritas no artigo 7º. e no mapa de orçamento anexo ao presente protocolo, por se localizarem na sua maioria em espaço público.-----

-----10.-Para a execução dos trabalhos, os 2º, 3º, 4º, 5º, 6º, 7º, 8º, e 9º, outorgantes autorizam que o 1º. Outorgante proceda à demolição dos muros confinantes com a Rua Dr. Assis e Santos e remoção dos portões implantados na parte norte do prédio objeto da operação do loteamento em causa. -----

-----Mortágua de _____ 2018”.-----

-----Considerando ainda que na Reunião de Câmara de 05/07/2017, foram aprovadas as operações do loteamento nos termos e condições indicadas na memória descritiva, bem como a fixação das taxas e compensações a liquidar pelo requerente, verificando-se no entanto um erro no cálculo das mesmas.-----

-----Assim, o Senhor Presidente propôs que a Câmara delibere aprovar:-----

-----1.-A minuta do Protocolo de urbanização, a celebrar com os interessados nos termos do n.º 3 do artigo 25.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

n.º 555/99, de 16 de dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136./2014, de 9 de setembro de 2014.-----

----2.-Revogar a parte da deliberação tomada na Reunião de Câmara de 05/07/2017 referente à fixação das taxas e compensações a liquidar pelo requerente.-----

-----3.-De acordo com a informação do Chefe de Divisão de Planeamento e Administração do Território, os valores, a seguir discriminados, das taxas e das compensações a pagar pelo requerente: mil quatrocentos e quinze euros e sete centimos (1.415,07 €) pela realização, reforço e manutenção das infraestruturas urbanas (artigos 41.º, 42.º, 43.º e 44.º do Regulamento Municipal da Urbanização, da Edificação e Taxas); três mil e oitenta e um euros e quarenta e cinco centimos (3.081,45 €) de compensação em numerário referente ao artigo 54.º do Regulamento Municipal da Urbanização, da Edificação e Taxas; A área de cedência para o domínio do Município de 733,31 m2, que é inferior à área de cedência obrigatória para o Município de 983.075 m2, decorrente do artigo 52.º do RMUET, pelo que o diferencial (983,075 m2 – 733,31 m2) com a área de 249,765 m2, em desfavor do Município foi contabilizado no cálculo das compensações em numerário; Acrescem os custos da emissão e publicação do respetivo alvará.-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade aprovar:-----

-----1.-A minuta do Protocolo de urbanização, a celebrar com os interessados nos termos do n.º 3 do artigo 25.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136./2014, de 9 de setembro de 2014.-----

-----2.-Revogar a parte da deliberação tomada na Reunião de Câmara de 05/07/2017 referente à fixação das taxas e compensações a liquidar pelo requerente.-----

-----3.- Os valores, de acordo com a informação do Chefe de Divisão de Planeamento e Administração do Território, a seguir discriminados, das taxas e das compensações a pagar pelo requerente: mil quatrocentos e quinze euros e sete centimos (1.415,07 €) pela realização, reforço e manutenção das infraestruturas urbanas (artigos 41.º, 42.º, 43.º e 44.º do Regulamento



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

Municipal da Urbanização, da Edificação e Taxas); três mil e oitenta e um euros e quarenta e cinco cêntimos (3.081,45 €) de compensação em numerário referente ao artigo 54º. do Regulamento Municipal da Urbanização, da Edificação e Taxas; A área de cedência para o domínio do Município de 733,31 m2, que é inferior à área de cedência obrigatória para o Município de 983.075 m2, decorrente do artigo 52º. do RMUET, pelo que o diferencial (983,075 m2 – 733,31 m2) com a área de 249,765 m2, em desfavor do Município foi contabilizado no cálculo das compensações em numerário; Acrescem os custos da emissão e publicação do respetivo alvará.-----

-----A Câmara mais deliberou por unanimidade notificar o requerente do teor da presente deliberação.-----

10.3.-ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS - REQUERIMENTO N.º. 5339/2018, REFERENTE AO PROCESSO N.º. 01/2018/78, CONSTRUÇÃO NOVA – HABITAÇÃO (alínea e),n.º.1, art.º. 29º. do RMUET):-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o requerimento registado com o n.º. 5339/2018, em nome de Bruno Luís de Oliveira, residente em Rua Principal, n.º.10, Sula Freguesia de Trezoi, Mortágua solicitar, nos termos da alínea e) do n.º 3 do art.º 29º. do Regulamento Municipal de Urbanização, Edificação e Taxas, a isenção do pagamento de taxas de licenciamento no valor de oitocentos e sessenta e seis euros e setenta e um cêntimos (866,71€) e de TMU no valor de setecentos e dezasseis euros e noventa e sete cêntimos (716,97 €), referente ao processo n.º 01/2018/78, Construção Nova – Habitação, sita em Rua da Portela, Moura, Freguesia de Trezoi, Concelho de Mortágua.-----

-----Conforme o previsto na alínea e) do número 1 do artigo 29º. do Regulamento Municipal de Urbanização, Edificação e Taxas, a Câmara Municipal pode conceder a isenção de pagamento de taxas *“Os jovens casais cuja soma de idades não exceda os 70 anos, os individualmente, com idades compreendidas entre os 18 e os 35 anos e em ambos os casos, se destinem a habitação própria e permanente”*.-----

-----A informação dos serviços constante no processo considera que a petição reúne condições



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

para ser apreciada em reunião de Câmara.-----

-----Porém de acordo com a Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, a competência para a concessão de tais isenções ou reduções é da Assembleia Municipal, quando propostas pela Câmara Municipal, conforme o preceituado no n.º 2 do artigo 16.º. daquele diploma.-----

-----A Câmara deliberou por unanimidade propor à Assembleia Municipal a concessão a Bruno Luís de Oliveira da isenção do pagamento de taxas de licenciamento no valor de oitocentos e sessenta e seis euros e setenta e um cêntimos (866,71€) e de TMU no valor de setecentos e dezasseis euros e noventa e sete cêntimos (716,97 €), referente ao processo n.º 01/2018/78, Construção Nova – Habitação, sita em Rua da Portela, Moura, Freguesia de Trezoi, Concelho de Mortágua.-----

10.4.-PROCESSO N.º. 04/2018/77, PARA EMISSÃO DE DECLARAÇÃO SOBRE A EDIFICAÇÃO COM PROCESSO DE OBRAS 103/2 AFETADA PELO INCÊNDIOS DE 15/10/2017:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o requerimento n.º. 04/2018/5643, processo n.º. 04/2018/77, em nome de Ana Lúcia da Silva e Sousa, residente no Bairro de Santa Luzia, n.º.9, Mogofores, 3780-216 Anadia, em que requer a emissão de certidão onde seja declarado, o reconhecido interesse na conclusão da obra relativa à recuperação e conservação do Barracão e Muro de Vedação danificadas pelo incêndio de outubro de 2017, não se mostrar aconselhável a destruição do edifício, que a licença de obras n.º. 86/2006 emitida em 16/06/2006 referente ao Processo de obras n.º. 103/2006 relativa à construção de Barracão e Muro de Vedação, foi emitida em concreto para o prédio urbano com o artigo matricial n.º. 2957 sito em Vale das Vinhas n.º. 6, localidade de Almacinha, União de Freguesias de Mortágua, Vale de Remígio Cortegaça e Almaça.-----

-----A requerente justifica o pedido da certidão para efeitos de compra e venda do prédio.-----

-----A Câmara depois de apreciado o assunto e o Parecer Técnico do Chefe da DPAT, deliberou por unanimidade emitir a certidão solicitada.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

10.5.-CONSTITUIÇÃO DE COMPROPRIEDADE OU AMPLIAÇÃO DO NÚMERO DE COMPARTES DE PRÉDIOS RÚSTICOS:-----

10.5.1.-Processo nº.10/2018/23:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o processo nº. 10/2018/23, requerimento 10.2018.5314 em nome de Carlos Alberto Gomes Oliveira, na qualidade de Cabeça de Casal da herança de Albino Gomes de Oliveira com o número de contribuinte 705 942 775, a requerer a emissão do parecer nos termos do número 1, do artigo 54º., da Lei número 64/2003, de vinte e três de agosto, para constituição de compropriedade ou ampliação do número de compartes, relativamente ao seu prédio sito em Feijorge, inscrito na matriz predial rústica da União de Freguesias de Mortágua, Vale de Remigio, Cortegaça e Almaça sob o artigo nº. 9018 com a área 0,28000 ha para efeitos de registo de escritura de partilha a favor Carlos Alberto Gomes Oliveira (1/2); Vitor Manuel Gomes Oliveira (1/2).-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto e as informações constantes no processo, deliberou por unanimidade emitir parecer favorável à pretensão de constituição de compropriedade ou ampliação de compartes.-----

10.5.2. Processo nº.10/2018/24:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o processo nº. 10/2018/2, requerimento 10.2018.5315 em nome de Carlos Alberto Gomes Oliveira, na qualidade de Cabeça de Casal da herança de Albino Gomes de Oliveira com o número de contribuinte 705 942 775, a requerer a emissão do parecer nos termos do número 1, do artigo 54º., da Lei número 64/2003, de vinte e três de agosto, para constituição de compropriedade ou ampliação do número de compartes, relativamente ao seu prédio sito em Feijorge, inscrito na matriz predial rústica da União de Freguesias de Mortágua, Vale de Remigio, Cortegaça e Almaça sob o artigo nº. 015 com a área 0,28000 ha para efeitos de registo de escritura de partilha a favor Carlos Alberto Gomes Oliveira (1/2); Vitor Manuel Gomes Oliveira (1/2).-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto e as informações constantes no processo,



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

deliberou por unanimidade emitir parecer favorável à pretensão de constituição de compropriedade ou ampliação de compartes.-----

10.5.3.-Processo nº.10/2018/25:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o processo nº. 10/2018/25, requerimento 10.2018.5539 em nome de Maria Odete Fernandes Ladeirinha Gomes na qualidade de Cabeça de Casal da Herança de Orlando Ladeirinha, com o número de contribuinte 700 776 400, a requerer a emissão do parecer nos termos do número 1, do artigo 54º., da Lei número 64/2003, de vinte e três de agosto, para constituição de compropriedade ou ampliação do número de compartes, relativamente ao seu prédio sito em Loural, inscrito na matriz predial rústica da Freguesia de Cercosa sob o artigo nº. 3563 com a área 3,228500 ha para efeitos de registo de escritura de compra e venda a favor Maria Odete Ladeirinha Gomes (1/2); José António Fernandes Ladeirinha (1/2).-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto e as informações constantes no processo, deliberou por unanimidade emitir parecer favorável à pretensão de constituição de compropriedade ou ampliação de compartes.-----

10.5.4.-Processo nº.10/2018/26:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o processo nº. 10/2018/26, requerimento 10.2018.5540 em nome de Maria Odete Fernandes Ladeirinha Gomes na qualidade de Cabeça de Casal da Herança de Orlando Ladeirinha, com o número de contribuinte 700 776 400, a requerer a emissão do parecer nos termos do número 1, do artigo 54º., da Lei número 64/2003, de vinte e três de agosto, para constituição de compropriedade ou ampliação do número de compartes, relativamente ao seu prédio sito em Vale dos Reis, inscrito na matriz predial rústica da Freguesia de Cercosa sob o artigo nº. 3502 com a área 0,574000 ha para efeitos de registo de escritura de compra e venda a favor Maria Odete Ladeirinha Gomes (1/2); José António Fernandes Ladeirinha (1/2).-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto e as informações constantes no processo,



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

deliberou por unanimidade emitir parecer favorável à pretensão de constituição de compropriedade ou ampliação de compartes.-----

10.6.-EDIFICAÇÕES EM MAU ESTADO DE CONSERVAÇÃO:-----

10.6.-Processo nº. 08/2016/05:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o processo número 08/2016/05, referente ao prédio em mau estado de conservação, sita na Rua do Casal, nº.18, na Gândara, União de Freguesias de Mortágua, Vale de Remígio, Cortegaça e Almaça, de propriedade dos herdeiros por óbito de José Afonso, representados pelo Cabeça de Casal da mesma, residente na Rua do Casal, nº.16, na Gândara, União de Freguesias de Mortágua, Vale de Remígio, Cortegaça e Almaça, acompanhado da comunicação sem data e recebida a 04/10/2018 dos proprietários, através do qual solicita o alargamento para apresentação no serviços da Câmara do processo para a execução das obras de conservação do edifício, alegando em síntese que:-----

-----O edifício vai ser vendido, sendo o novo proprietário conhecedor de todos os factos e condições a efetuar, execução de obras de conservação, para poder habitar no mesmo. No entanto durante o processo de venda depararam-se com uma divergência entre as áreas descritas na Conservatória do Registo Predial e as descritas no Serviço de Finanças, que terá sido motivada pela junção das Freguesias, e irá obrigar a um processo de correção de áreas e reavaliação do imóvel, e somente poderá ser efetuado no corrente mês.-----

----- Da avaliação dos técnicos da Câmara consta que não existe perigo de “ruína eminente” do imóvel.-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade prorrogar o prazo por mais sessenta (60) dias para apresentação nos serviços da Câmara do processo para execução das obras de conservação do edifício.-----

10.6.2. -Processo nº. 08/2018/05:-----

-----No seguimento da notificação feita, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 122º do Código do Procedimento Administrativo, através do ofício referência 2021, de 14/08/2018, a Abílio Martins Jesus, residente, na Rua Principal, nº.1, Riomilheiro, 3450 – 341 Mortágua,



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

da decisão tomada na reunião ordinária da Câmara de 01/07/2018 relativa ao processo 08/2018/03 de edificação em mau estado de conservação, em Riomilheiro, Freguesia do Sobral, de que era intenção da Câmara proceder à demolição do imóvel, imputando-lhe os respetivos custos, de acordo com a informação administrativa datada de 13/09/2018, terminou o prazo para se pronunciar sem que este nada dissesse.-----

-----O Senhor Presidente informou que considerando tratar-se de uma edificação destruída pelo incêndio de 15 e 16 de outubro de 2017, e tendo a Câmara na Reunião de 06/06/2018 deliberado proceder à demolição, limpeza e tratamento dos resíduos provenientes de construções destruídas pelo incêndio de outubro de 2017 e que estejam e causar perigo para a saúde pública e segurança de transeuntes e suportar os respetivos custos, pelo que a mesma seria demolida pelo Município sem qualquer custo para o proprietário, propondo assim o arquivamento do processo 08/2018/03 de edificação em mau estado de conservação.-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade proceder ao arquivamento do processo, considerando que de acordo com a deliberação da Câmara tomada na reunião de 06/06/2018 a edificação será demolida pela Câmara sem qualquer custo pelo proprietário, devendo dar-se conhecimento da presente deliberação ao proprietário.-----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO:-----

-----Não se registou a presença de qualquer Munícipe.-----

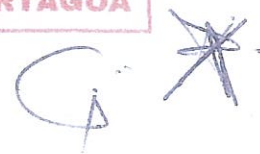
-----E, nada mais havendo a tratar, foi pelo Senhor Presidente declarada encerrada a reunião pelas vinte horas e quarenta e cinco minutos .-----

-----Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente ata que vai ser assinada por mim

Rosa Maria Ferreira Breda

Secretário do Órgão e

pelo Senhor Presidente.-----



PROPOSTAS DO PARTIDO SOCIALISTA PARA AS GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO MUNICIPAL - 2019

As Grandes Opções do Plano e o Orçamento Municipal são por excelência os documentos orientadores da governação Municipal.

Estes documentos devem conter os Projectos, Acções e Medidas que orientam a gestão municipal num horizonte de pelo menos 4 anos.

Neste sentido o Partido Socialista de Mortágua, ao abrigo do estatuto do direito de oposição, apresenta este contributo com o objectivo de melhorar as condições de vida dos Mortaguenses e a gestão Municipal.

FLORESTA - "Floresta do FUTURO"

Concluir o Estradão Florestal Mortazel / Rio Milheiro;

Estradão Florestal do Cabeço do Senhor do Mundo / Freixo (E.N. 228);

Estradão Florestal de Vale de Remigio / Pomares (Vale de Soito);

Estradão Florestal do Painçal / Água Levada;

Estradão Circundante à Barragem de Macieira, junto ao plano de água, de acordo com a urografia do terreno.

Construir Pontos de Água na Freguesia de Pala, Espinho, Trezoi, Marmeleira e Cercosa com capacidade operacional para meios aéreos, permitindo uma cobertura total no concelho neste tipo de infra-estruturas.

Realizar o Cadastro Florestal e das Infra-estruturas de Prevenção e Protecção Contra Incêndios

Se não conhecermos como é que vamos controlar? Este é primeiro passo para possibilitar uma gestão criteriosa e eficiente da nossa floresta; (ou seja, cumprir objectivos sem desperdício de recursos).

Elaborar e aprovar o Plano Municipal de Emergência e Protecção Civil, definindo um conjunto de medidas, normas, procedimentos e missões, destinado a fazer face a uma situação de acidente grave ou catástrofe e a minimizar as suas consequências.



ÁGUA

Sistema de abastecimento de água ao domicílio

Melhorar o sistema de abastecimento de água ao domicílio no nosso concelho, tendo por objectivo:

- Abastecer com água de qualidade a povoação da **Ribeira** (Abastecimento via sistema de Espinho);
- Abastecer com água de qualidade as povoações de **Macieira e Pala**, e reforçar o abastecimento a **Vale de Remígio e Monte Lobos**, de forma a dar uma resposta adequada nas horas de maior consumo. (Operacionalizar o Reservatório do Alto das Medas);
- Estudar/projectar e criar uma nova captação para abastecimento ao **Painçal e Aveleira**;
- Ampliar o caudal e a capacidade de armazenamento em reservatório de água ao domicílio no concelho.

AMBIENTE

Nova ETAR de Mortágua

Elaborar Projecto de construção de uma nova **ETAR de Mortágua** a jusante da povoação de Caparrosinha, para tratar as águas residuais da **Freguesia do Sobral**, **Freguesia de Pala**, **União de Freguesias de Mortágua**, **Vale de Remígio**, **Cortegaça e Alმაça**, eliminando as Etar's da Freguesia do Sobral.

Este projecto vai reduzir substancialmente os custos e permitir o tratamento eficaz do saneamento destas três freguesias apenas numa única estação de tratamento, melhorando significativamente a qualidade das águas das ribeiras e ribeiros do Concelho.

Nova ETAR do Parque Industrial Manuel Lourenço Ferreira

Elaborar Projecto e Construir, até ao final de 2019, uma nova **ETAR do Parque Industrial Manuel Lourenço Ferreira**, respondendo à sobrecarga previsível da actual ETAR, originada pelo crescimento das empresas existentes e da fixação de novas empresas.

Rede de Saneamento – Povoações

Elaborar projectos e executar as **Redes de Saneamento das povoações**:

- **Barracão, Vale da Vide, Pomares, Vila Meã da Serra e Santa Cristina** na Freguesia de Espinho;
- **Trezoi, Sula e Moura** na Freguesia de Trezoi.



Prolongar as Redes de Saneamento até às habitações não servidas na povoação da Marmeleira.

Recolha Selectiva de Lixo

Ampliar e melhorar o **Sistema de Recolha Selectiva de Lixo** em todo o Concelho, com o objectivo de tornar o concelho mais verde e reduzir a nossa pegada ecológica, permitindo ainda gerar novas receitas que reduzam a factura da recolha e tratamento de lixos.

URBANISMO E MOBILIDADE

"Mortágua LUZ+" - Iluminação Pública ligada durante toda a noite, e, complementarmente, religar todos os candeeiros necessários a garantir a segurança de pessoas e bens.

Com a mesma prioridade, substituir gradualmente o sistema de Iluminação Pública por lâmpadas LED em todo o Concelho.

Plano de Director Municipal de Mortágua

Elaborar até final de 2019 a revisão do PDM – **Plano de Director Municipal de Mortágua**, documento importantíssimo de desenvolvimento estratégico do nosso Concelho, permitindo desbloquear e resolver os problemas construtivos existentes.

Programa Municipal de Limpeza de Bermas e Valetas de Estradas Municipais e Caminhos Municipais, adquirindo novos equipamentos de limpeza, que permitam a limpeza regular e programada de toda rede viária do Concelho.

DESENVOLVIMENTO

Parque Industrial Manuel Lourenço Ferreira

Concluir a 1ª e a 2ª fase e executar a 3ª Fase de ampliação respeitando na íntegra o projecto concebido e adjudicado pelo Partido Socialista no seu último mandato.

Resolver os problemas das empresas, permitindo o licenciamento e a conclusão dos investimentos privados em curso e a instalação de novas empresas.

Ligação Coimbra-Viseu – IP3

Manter "vigilância" permanente, Intervir em todas as janelas de oportunidade e exercer pressão em todos os canais e contactos possíveis, para a execução nos Nós de Mortágua Norte e Sul e no Nó de Almaça de novas faixas de aceleração e desaceleração, iluminação e barreiras sonoras, criando condições de segurança, comodidade e funcionalidade



Acessibilidades Rodoviárias

Concretizar as obras da Rotunda do Barril, Rotunda da Gândara, Rotunda de acesso ao Parque Industrial e nova rotunda de acesso ao Freixo, Termoeléctrica e início do Parque Industrial.

Beneficiação da totalidade dos Arruamentos da Gândara contemplando a execução de uma nova rede de águas pluviais.

Mercado Municipal

Requalificar, revitalizar e dinamizar o Mercado Municipal:

- Modernizar e dar cumprimento aos requisitos de segurança alimentar legais;
- Disponibilizar novos espaços, aumentando a capacidade de atracção deste equipamento;
- Adequar aos cidadãos portadores de deficiência;
- Complementar o projecto de reabilitação física do Mercado Municipal com a disponibilização de um programa de formação e modernização para os vendedores interessados.

Feira de Vale de Acores

Requalificar e revitalizar o Espaço da Feira de Vale de Acores, visando a modernização, melhoria das condições de acessibilidade e de utilização do espaço e dos sanitários públicos, dando cumprimento das normas reguladoras da actividade nas feiras.

O Largo da Feira e suas envolventes (Largo Augusto Simões, “Feira dos Porcos” e Recinto de Festas) são um espaço central e que deveriam ser tratados por um lado na perspectiva de ligação da zona mais povoada de Vale de Acores (a zona alta) com o “Povo” que se encontra algo degradado e representa uma clara oportunidade de regeneração e requalificação, permitindo assim a fixação de novos habitantes. Por outro lado deve ser também encarada como uma zona aprazível e que motive a população a desfrutar dela nos seus tempos de lazer, respondendo ao mesmo tempo às necessidades da Feira quinzenal de Vale de Acores e às actividades desenvolvidas pelas diferentes colectividades.

PROTECÇÃO E INCLUSÃO



Carta Social

Elaborar a Carta Social actualizada do Concelho (documento definidor de políticas e estratégias de intervenção e respostas sociais do nosso Concelho, cuja última actualização ocorreu já em 2006).

Temos que saber objectivamente qual a oferta de respostas sociais no Concelho, que carências existem e que recursos estão disponíveis, para em seguida, de forma articulada e num trabalho em rede com as instituições existentes, implementarmos um aumento de respostas para apoio a idosos, crianças, pessoas com deficiência, e outros carenciados.

EDUCAÇÃO

Medidas de apoio às famílias, crianças e aos alunos de Mortágua:

- Transportes escolares gratuitos para todos os alunos inscritos nos diferentes níveis de ensino;
- Protocolos com Instituições locais que garantam a frequência tendencialmente gratuita da frequência da creche para todas as famílias com filhos nos primeiros anos de vida (até aos 36 meses de idade).

Carta Educativa

Actualizar a Carta Educativa (o grande documento definidor de políticas e estratégias de educação do nosso Concelho), cuja última actualização foi feita já há 10 anos, em 2007.

Trazê-la para a modernidade, actualizando-a nos objectivos, temáticas e conteúdos, metodologias e recursos (em consonância com as novas competências das autarquias).

Adequar todos estes parâmetros à realidade actual de Mortágua em termos de necessidades empresariais e de empregabilidade.

Elaborar projecto e executar o Parque Radical de Mortágua

- Práticas de Desportos Radicais: Skate, Bicicleta BMX e Patins;
- Criar Mural destinado a "Graffiti"

Requalificar o Pavilhão Municipal e as Piscinas Municipais

- Equipamentos energeticamente eficientes;
- Sistema de monitorização contínua da qualidade da água e do ar das Piscinas Municipais;



- Construção de Cobertura e Aquecimento da Piscina exterior – utilização durante todo o ano, respondendo à crescente procura de novos utentes e permitindo a prática de natação de competição em Mortágua.

CIDADANIA

“PARTICIPA+” - Possibilitar uma maior participação cívica dos cidadãos Mortaguenses nos destinos do concelho. Ter um orçamento VERDADEIRAMENTE participativo, que funcione MESMO, que permita aos Mortaguenses participar das decisões sobre projectos e investimentos a realizar ao longo do mandato.

Para esse efeito, implementar (e dotar) uma rubrica orçamental específica do orçamento que contemple a participação directa dos cidadãos, e que permita ou assegure a concretização das propostas que daqui resultarem.

ADMINISTRAÇÃO

Juntas de Freguesia

O Partido Socialista face à insuficiência de meios das Juntas de Freguesia, necessários para fazer face a despesas inerentes à prossecução dos seus objetivos e ao desenvolvimento das iniciativas e ações nas áreas da sua competência, e a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, propõe o reforço de verbas a transferir para complementar a capacidade financeira das Juntas de Freguesia do Concelho de Mortágua no ano de 2019 no valor global de 493.370,92€, correspondente a 10% FEF -Fundo Equilíbrio Financeiro corrente previsto no Orçamento de Estado para 2019, a distribuir de acordo com os mesmos critérios do FFF e a transferir em duodécimos, e ficando 50% do referido montante já definido nas Opções do Plano de 2019 e os restantes 50% a definir na Revisão das Opções do Plano de introdução do saldo da gerência de 2018.



Freguesia	OE 2019	%	Capital	Correntes	Total
Cercosa	24 475,00 €	6,34%	23 442,18 €	7 814,06 €	31 256,24 €
Espinho	52 002,00 €	13,46%	49 807,56 €	16 602,52 €	66 410,09 €
Marmeleira	28 956,00 €	7,50%	27 734,08 €	9 244,69 €	36 978,78 €
Pala	53 321,00 €	13,80%	51 070,90 €	17 023,63 €	68 094,54 €
Sobral	76 277,00 €	19,74%	73 058,18 €	24 352,73 €	97 410,91 €
Trezoi	28 677,00 €	7,42%	27 466,86 €	9 155,62 €	36 622,48 €
União de Freguesias	122 623,00 €	31,74%	117 448,42 €	39 149,47 €	156 597,90 €
Total	386 331,00 €	100,00%	370 028,19 €	123 342,73 €	493 370,92 €

	Corrente	Capital	
FEF Município 2019 + Variação n.º3 do art.º 35º da Lei n.º 73/2013	4 933 709,20 €	548 189,80 €	5 481 899,00 €
FEF Município 2019	4 647 709,00 €	516 412,00 €	5 164 121,00 €
Variação Positiva FEF Total	286 000,20 €	31 777,80 €	317 778,00 €

Mortágua, 17 de Outubro de 2018

Os Vereadores do Partido Socialista

